



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012 (Do Sr. Fernando Francischini)

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública com os convidados que indica para discutir assuntos inerentes aos grampos ilegais feitos contra autoridades.

Senhor Presidente

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requeiro** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, os convidados que abaixo indico para discutir assuntos referentes a grampos ilegais feitos contra autoridades.

- Cel. Rogério Leão – Chefe da Casa Militar do DF;
- Ten.Cel. Soraya Barbosa Sales de Almeida – PMDF;
- Ten.Cel. Récio Torres – PMDF;
- Ten.Cel. Vieira Neto – PMDF.

JUSTIFICAÇÃO

Notícias publicadas na imprensa demonstram a existência de um esquema de grampos ilegais realizados em desfavor de Autoridades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

O jornal Correio Braziliense publicou em 24/04/2012 matéria com o título: **Governistas se dizem vítimas de arapongas.** Confira abaixo a íntegra da matéria:

DISTRITO FEDERAL

Governistas se dizem vítimas de arapongas

» LILIAN TAHAN

Se os deputados distritais confirmarem nos próximos dias a CPI da Arapongagem, um dos assuntos que surgirá é parte de investigação em curso na Divisão Especial de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública (Decap). Em 25 de novembro do ano passado, um servidor da Subsecretaria de Inteligência admitiu que gravou clandestinamente imagens do gabinete do governador Agnelo Queiroz (PT) informações que acabaram vazando. A ocorrência é tratada por aliados do governo como uma evidência de que gabinetes oficiais estariam sendo devassados a partir de dados colhidos por informantes infiltrados. A investigação da Polícia Civil será, portanto, munida de governistas na tentativa de demonstrar que também eram vítimas de espionagem.

A CPI da Arapongagem surgiu a partir das denúncias de que haveria uma central de grampos instalada na Casa Militar, coração do GDF. Teriam sido alvo de consultas no Infoseg — o sistema de informações de segurança do Ministério da Justiça — promotores de Justiça e políticos, como o deputado federal Fernando Franciscini (PSDB-PR). O depoimento de um servidor da Secretaria de Segurança à Polícia Civil

será argumento de governistas para mostrar que informações confidenciais do GDF também circularam nas mãos de adversários. Em 25 de novembro de 2011, João Aparecido Teixeira declarou ao delegado Filipe de Moraes Maciel, da Decap, que ele foi o autor de gravações dos gabinetes de Agnelo, tanto no de Águas Claras, como no do Buriti. Admite ainda ter entregue o material a um grupo de policiais militares.

Aliados do governador associam os nomes citados em depoimento por João Teixeira ao do deputado federal Franciscini, uma vez que eles, recorrentemente, trocam mensagens no Twitter. Entre os assuntos em debate, está a criação da CPI. Ao saber da conexão, Franciscini desqualificou a inferência. “Acho que o GDF e o governador Agnelo estão realmente sendo arapongados, principalmente pelo STJ e pelo procurador-geral da República, que conduzem investigações de lavagem de dinheiro público no Ministério do Esporte, Anvisa e agora sobre os tentáculos do Cachoeira”, disse o deputado. E concluiu: “Dos meus seis mil seguidores no Twitter, o pessoal do Agnelo agora acha que existe uma rede de inteligência aberta via TT. É a primeira rede de inteligência no Twitter para acompanhar o PT no Brasil”.

Leonardo Prado/Agência Câmara - 23/2/11



Franciscini: governo associa depoimento de servidor ao tucano

Em novembro do ano passado, ao prestar depoimento na Decap, João Teixeira, então lotado na Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do DF, disse que suas atribuições consistiam em “realizar fotografias, filmagens, varreduras para identificação de escutas clandestinas, com o objetivo de subsidiar os relatórios de inteligência”.

Proteção e defesa

As filmagens feitas por João, segundo ele admitiu, por conta própria, tinham o objetivo de “proteger e defender os colegas da seção de eventuais alegações de desvios de condutas”. O fato é que essas gravações, que na época expuseram a imagem do chefe da Casa Militar, coronel Rogério

Leão, bem como documentos retirados de um notebook com dados da inteligência da Secretaria de Segurança acabaram vazando.

João Teixeira contou aos policiais da Decap que entregou parte dos dados a uma pessoa identificada no depoimento como cabo Glaydson (José da Rocha) a pedido da tenente-coronel Soraya. A militar é Soraya Barbosa Sales de Almeida, exonerada do cargo de analista de inteligência por suspeita de que seria uma pessoa infiltrada a serviço de adversários de Agnelo. Teixeira contou também que, em 18 de novembro, esteve reunido com Soraya e os tenentes-coronéis Recio (Récio Torres) e Vieira Neto (Arnaldo). Segundo conta em depoimento, os policiais sabiam das informações gravadas por ele e teriam dito que não fariam mau uso dos dados.

O Correio procurou João Teixeira, que preferiu não falar com a reportagem sobre o assunto. Quanto às denúncias de espionagem que motivaram a criação da CPI, o GDF afirma que consultas feitas ao Infoseg não constituem irregularidade, uma vez que o governo é cadastrado para pesquisar informações no sistema com dados de segurança do Ministério da Justiça. Integrantes da Casa Militar, policiais civis e militares têm senha para pesquisar envolvimento de pessoas em crimes, especialmente quando há algum tipo de aproximação com o governador. Medidas, segundo o governo, para garantir a integridade física e moral do chefe do Executivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

Como se pode observar da reportagem, um servidor da Subsecretaria de Inteligência admitiu que gravou clandestinamente imagens do gabinete do governador Agnelo Queiroz informações que acabaram vazando.

Além disso, a reportagem relata que pessoas ligadas ao citado governador associaram os nomes relatados em um depoimento prestado na polícia por João Teixeira ao nome deste signatário por trocar mensagens pelo Twitter.

Tais afirmações justificam a realização desta Audiência Pública que deverá esclarecer de onde realmente estão partindo estas acusações, quem são os arquitetos intelectuais deste esquema e, principalmente, mostrar que conversar por redes sociais abertas não é espionagem e muito menos crime.

Pelas razões acima expostas e com o intuito de obter a verdade dos fatos denunciados pela jornalista Lilian Tahan no jornal Correio Braziliense do dia 24/02/2012 é que requeiro a realização da Audiência Pública, que julgo de fundamental importância para discutirmos assuntos inerentes aos grampos ilegais, além de medidas administrativas, cíveis e criminais que poderão ser tomadas posteriormente.

Sala das Sessões, em de de 2012

Deputado **FERNANDO FRANCISCHINI**
PSDB/PR